



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados
Processo n. 1.286.275/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do Objeto

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnico-especializados na realização de concurso público autorizado pela Decisão da Mesa de 11/09/2025, para provimento de cargos efetivos e formação de cadastro de reserva.

1.1. Detalhamento do Objeto

1.1.1. Prestação de serviços técnicos especializados para realização de concurso público, abrangendo as atividades de planejamento, gestão de inscrições, elaboração e aplicação de provas, procedimento de avaliação complementar à autodeclaração de candidatos pretos e pardos, procedimento de verificação documental complementar de candidatos indígenas e quilombolas e avaliação biopsicossocial, recebimento e análise de recursos, divulgação de resultados, bem como a todas as etapas previstas do certame para o cargo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal, previstas no subitem 5.2.3.

1.1.2. O concurso terá validade por 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

1.1.3. Deverão ser elaborados dois editais, da seguinte forma:

1.1.3.1. Um edital para os cargos de Analista Legislativo - Processo Legislativo e Gestão e Técnico Legislativo - Assistente Legislativo e Administrativo.

1.1.3.2. Um edital para o cargo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal.

1.2. Quantitativos

Os cargos e quantitativos de vagas são os constantes no Anexo I a este Termo de Referência.

1.2.1. As atribuições dos cargos a serem providos são as constantes no Anexo II a este Termo de Referência.

1.2.2. As vagas destinam-se a lotação exclusiva em Brasília-DF.

1.2.3. Estimativa de inscrições: 80.000 (oitenta mil) inscritos para o edital referido no subitem 1.1.3.1. e 50.000 (cinquenta mil) inscritos para o edital referido no subitem 1.1.3.2.

1.2.4. A aplicação das provas deverá ocorrer em todas as capitais do Brasil.

1.3. Prazo de vigência do Contrato

1.3.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.

2. Fundamentação da contratação

2.1. O artigo 51, IV, da Constituição Federal dispõe:

“Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

(...)

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;”

2.2. Para o ano de 2026, foi apresentada emenda ao Anexo V do PLOA 2026 para prever o provimento de até 120 (cento e vinte) cargos para 2026.

2.3. Decisão da Mesa Diretora, de 11/09/2025, que autorizou a realização de concurso público para o provimento os cargos efetivos constantes do Anexo I a este Termo.

2.4. Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados.

2.5. Lei 14.133/2021, em especial o seu art. 75, inciso XV.

3. Descrição dos serviços

3.1. Os serviços objeto da contratação são aqueles descritos no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

3.2. Os serviços abrangerão todas as fases necessárias à realização do concurso, compreendendo:

3.2.1. Planejamento Operacional: apoio técnico na elaboração dos editais de abertura do certame, definição de cronograma contendo todos os prazos para execução das principais etapas do certame e planejamento de logística para aplicação de provas em todas as capitais do Brasil.

3.2.2. Gerenciamento de Inscrições: recepção, processamento e gerenciamento das inscrições de candidatos, incluindo a análise de pedidos de isenção e o processamento de pagamentos, com uso exclusivo de sistemas eletrônicos seguros, tudo em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei n. 13.709/2018.

3.2.3. Elaboração de dois editais, da seguinte forma:

3.2.3.1. Um edital para os cargos de Analista Legislativo - Processo Legislativo e Gestão e Técnico Legislativo - Assistente Legislativo e Administrativo.

3.2.3.2. Um edital para o cargo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal.

3.2.4. As provas serão realizadas em datas a serem indicadas pela Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados, em dois domingos distintos da seguinte forma:

3.2.4.1. Um domingo para os cargos de Analista Legislativo - Processo Legislativo e Gestão e Técnico Legislativo - Assistente Legislativo e Administrativo; e

3.2.4.2. Um domingo para o cargo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal.

3.2.5. Produção e aplicação das provas: elaboração das provas objetivas e discursivas, com base nas diretrizes fornecidas pela Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados, abrangendo:

3.2.5.1. Impressão, guarda, transporte, distribuição e segurança dos materiais da prova;

3.2.5.2. Aplicação da prova em todas as capitais do Brasil;

3.2.5.3. Correção automática das provas objetivas e por corretores em plataforma digital das provas discursivas.

3.2.6. Procedimentos especiais:

3.2.6.1. Organização e execução do procedimento de confirmação complementar à autodeclaração para candidatos pretos e pardos, e procedimento de verificação documental complementar de candidatos indígenas e quilombolas nos termos da Lei n. 15.142/2025, do Decreto n. 12.536/2025 e da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI n. 261/2025.

3.2.6.2. Organização e realização da avaliação biopsicossocial de candidatos com deficiência, nos termos da Lei n. 13.146/2015.

3.2.6.3. Garantia de atendimento especializado para candidatos que necessitem de condições específicas de acessibilidade durante a realização das provas, observados os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.2.6.4. Garantia de espaço físico com estrutura para atendimento e acomodação de lactantes e seus acompanhantes durante a realização das provas, mediante solicitação prévia de acordo com os termos definidos no edital.

3.2.7. Análise e julgamento de recursos: recepção, processamento e julgamento de recursos interpostos pelos candidatos relativos às provas e/ou aos resultados.

3.2.8. Divulgação de Resultados: a instituição contratada deverá proceder à divulgação, em seu sítio eletrônico oficial, dos resultados preliminares e finais de cada fase do certame, bem como disponibiliza-los à Câmara dos Deputados para fins de publicação no Diário Oficial da União, assegurando o estrito cumprimento dos princípios da publicidade e da transparência.

3.2.9. Realização, conforme edital e regulamentos próprios, do Teste de Aptidão Física dos candidatos aprovados para o cargo de Policial Legislativo Federal, em local a ser indicado pela Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

3.2.10. Realização de avaliação psicológica a ser realizada em conformidade com as normas em vigor, o estudo científico das atribuições e responsabilidades do cargo e com as resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

3.2.11. Avaliação de saúde física e mental que deverá aferir se o candidato goza de saúde física e mental, sendo os exames realizados às expensas dos candidatos.

3.2.12. Realização, conforme edital e regulamentos próprios, do Curso de Formação Profissional dos candidatos aprovados para o cargo de Policial Legislativo Federal, em local a ser disponibilizado pela Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

3.2.13. A sindicância de vida pregressa e a investigação social, de responsabilidade da Câmara dos Deputados, com apoio logístico da instituição contratada no recebimento das documentações, que visa apurar o comportamento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável dos candidatos, por meio de investigações no âmbito social, funcional, cível e criminal.

3.2.14. O preenchimento da Ficha de Informações Confidenciais (FIC) será realizado conforme cronograma de atividades e o edital de abertura do certame, por meio de sistema operacional disponibilizado pela instituição contratada.

3.2.15. Encerramento e Guarda de Documentos: manutenção e guarda segura de todo o acervo relacionado ao concurso público pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contado da homologação do resultado final, nos termos das normas aplicáveis. Após esse prazo, caso não existam ações judiciais referentes ao certame e se a instituição contratada não manifestar interesse pela retirada do material, com transporte às próprias expensas, o material relativo às folhas de respostas dos candidatos poderá ser descartado.

3.3. Toda a execução dos serviços deverá observar rigorosamente os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, transparência, eficiência, além das diretrizes específicas estabelecidas pela Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados.

3.4. Toda a execução dos serviços deverá observar, ainda, a segurança da informação e a proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei n. 13.709/2018.

4. Requisitos da contratação

4.1. Requisitos exigidos da instituição a ser contratada

4.1.1. A instituição a ser contratada deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

4.1.1.1. Ser instituição brasileira com finalidade estatutária de apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional, nos termos do art. 75, inciso XV da Lei n. 14.133/2021.

4.1.1.2. Não ter fins lucrativos.

4.1.1.3. Possuir reputação ético-profissional ilibada.

4.1.1.4. Apresentar plano de segurança que evidencie a utilização de rigorosos mecanismos de controle em todas as etapas e fases do certame sob sua responsabilidade.

4.1.1.5. Deter experiência comprovada na realização de concursos públicos de grande porte, com, pelo menos, de 80.000 (oitenta mil) inscritos para órgãos da Administração Pública Federal.

4.1.1.6. Deter capacidade logística para realização das provas em âmbito nacional, com estimativa de, aproximadamente, 80.000 (oitenta mil) candidatos.

4.1.1.7. Demonstrar experiência comprovada na realização de concursos públicos para carreiras policiais federais, com curso de formação profissional como uma das fases do certame.

4.1.1.8. Possuir equipe técnica especializada e capacitada, com formação e experiência comprovadas na elaboração de instrumentos avaliativos (provas objetivas e discursivas) e na condução dos procedimentos de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas, procedimentos de avaliação documental para pessoas indígenas e quilombolas e avaliação biopsicossocial para pessoas com deficiência.

4.1.1.9. Dispor de parque gráfico próprio, compatível com a dimensão esperada para o certame.

4.1.1.10. Elaborar as provas em ambiente totalmente seguro, com mecanismos eficazes de controle de acesso e de sigilo das informações.

4.1.1.11. Deter capacidade de processamento eletrônico de inscrições, aplicação e correção de provas e divulgação de resultados, por meio de sistemas informatizados seguros, observada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei n. 13.709/2018.

4.1.1.12. Possuir planos de contingência para situações imprevistas na aplicação das provas, transporte de materiais e segurança na execução do certame.

4.1.1.13. Possuir registro regular no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF.

4.1.1.14. Não possuir registro ativo no Cadastro Informativo de Créditos não quitados - CADIN, em conformidade com o art. 6º-A da Lei 10.522/2022.

4.1.1.15. Possuir assessoria jurídica, para prestar a assistência necessária nos questionamentos em via administrativa e nas ações judiciais propostas, inclusive após a homologação do certame.

4.1.1.16. Atender às normas de acessibilidade, com a disponibilização de tecnologias assistivas, materiais adaptados e condições especiais para candidatos com deficiência.

4.1.1.17. Garantir a proteção de dados pessoais dos candidatos, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei n. 13.709/2018.

4.1.2. A instituição contratada deverá declarar ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços e atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos de relacionamento e governança:

4.1.2.1. Responsabilidade integral pela execução dos serviços, com atuação coordenada e integrada em todas as etapas do concurso;

4.1.2.2. Comprometimento com prazos, assegurando a realização do concurso dentro do cronograma aprovado pela Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados.

4.1.2.3. Apoio e colaboração integral com a Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados, respeitando suas diretrizes institucionais e respondendo prontamente a eventuais solicitações de informações e ajustes durante a realização do certame.

4.1.2.4. Disponibilização de estrutura de atendimento aos candidatos, incluindo canais para suporte e comunicação de dúvidas ou inconsistências durante todas as etapas do concurso.

5. Modelo de Execução do Objeto - Provas e Etapas do Concurso

5.1. A instituição contratada será responsável por toda a execução do certame, observado o disposto nos tópicos seguintes.

5.2. O certame será realizado com a aplicação de provas objetivas e discursivas, além de todas as etapas previstas para o cargo de Policial Legislativo Federal, conforme condições previstas no Edital do Certame e nas diretrizes estabelecidas pela Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados, da seguinte forma:

5.2.1. Analista Legislativo - atribuição Processo Legislativo e Gestão

5.2.1.1. Fase única: provas objetivas e discursivas, de caráter eliminatório e classificatório

5.2.2. Técnico Legislativo - atribuição Assistente Legislativo e Administrativo

5.2.2.1. Fase única: provas objetivas e discursivas, de caráter eliminatório e classificatório.

5.2.3. Técnico Legislativo - atribuição Policial Legislativo Federal, de acordo com as seguintes fases:

5.2.3.1. Provas objetiva e discursiva, de caráter eliminatório e classificatório.

5.2.3.2. Teste de aptidão física, de caráter eliminatório.

5.2.3.3. Avaliação psicológica, para avaliação do candidato em relação ao perfil profissiográfico do cargo, de caráter eliminatório.

5.2.3.4. Avaliação de saúde física e mental, a partir de exames médicos e toxicológicos, de caráter eliminatório.

5.2.3.5. Sindicância de vida pregressa e investigação social, avaliando-se a idoneidade moral e os bons antecedentes do candidato, de caráter eliminatório, que se inicia por ocasião da inscrição do candidato, estendendo-se ao longo do certame, encerrando-se apenas com a nomeação do candidato.

5.2.3.6. Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório.

5.3. Das provas objetivas

5.3.1. As provas objetivas serão elaboradas por banca examinadora especializada, responsável pela avaliação das competências e das habilidades dos candidatos.

5.3.2. A avaliação deve abranger, além do mero conhecimento memorizado, as capacidades de compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação e, ainda, valorizar o raciocínio e privilegiar a reflexão sobre a memorização e a qualidade sobre a quantidade.

5.3.3. As provas objetivas serão compostas por questões de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos.

5.3.4. A instituição contratada deverá elaborar 3 (três) provas objetivas, da forma a seguir:

5.3.4.1. Analista Legislativo - atribuição Processo Legislativo e Gestão.

5.3.4.2. Técnico Legislativo - atribuição Policial Legislativo Federal.

5.3.4.3. Técnico Legislativo - atribuição Assistente Legislativo e Administrativo.

5.3.5. A instituição contratada deverá elaborar provas objetivas nos seguintes termos:

5.3.5.1. Analista Legislativo - atribuição Processo Legislativo e Gestão, composta, no mínimo, por 180 (cento e oitenta) questões de “certo ou errado” ou 130 (cento e trinta) questões de múltipla escolha, para 10 (dez) disciplinas, sendo 5 (cinco) de conhecimentos gerais e 5 (cinco) de conhecimentos específicos.

5.3.5.2. Técnico Legislativo - atribuição Policial Legislativo Federal, composta, no mínimo, por 180 (cento e sessenta) questões de “certo ou errado” ou 130 (cento e trinta) questões de múltipla escolha, para 10 (dez) disciplinas, sendo 5 (cinco) de conhecimentos gerais e 5 (cinco) de conhecimentos específicos.

5.3.5.3. Técnico Legislativo - atribuição Assistente Legislativo e Administrativo, composta, no mínimo, por 180 (cento e oitenta) questões de “certo ou errado” ou 130 (cento e trinta) questões de múltipla escolha, para 10 (dez) disciplinas, sendo 5 (cinco) de conhecimentos gerais e 5 (cinco) de conhecimentos específicos.

- 5.3.6. No caso de prova composta por questões de “certo ou errado”, haverá apenação para cada item cuja resposta divirja dos gabaritos oficiais.
- 5.3.7. Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico da instituição a ser contratada.
- 5.3.8. Todas as informações deverão ser disponibilizadas no edital de abertura do concurso.
- 5.3.9. Deverão ser disponibilizados os meios para cada candidato verificar o local de realização das provas, por meio de consulta individual.

5.4. Das provas discursivas

- 5.4.1. As provas discursivas serão elaboradas por bancas especializadas, responsáveis também pela formulação das planilhas de avaliação e processo de correção.
- 5.4.2. As provas discursivas serão compostas por questões que envolvam conhecimentos específicos.
- 5.4.3. A instituição contratada deverá elaborar 3 (três) provas discursivas da forma a seguir:
- 5.4.3.1. Analista Legislativo - atribuição Processo Legislativo e Gestão.
 - 5.4.3.2. Técnico Legislativo - atribuição Policial Legislativo Federal.
 - 5.4.3.3. Técnico Legislativo - atribuição Assistente Legislativo e Administrativo.
- 5.4.4. A instituição contratada deverá elaborar provas discursivas nos seguintes termos:
- 5.4.4.1. Analista Legislativo - atribuição Processo Legislativo e Gestão, composta por, no mínimo, 2 (duas) questões discursivas e 1 (uma) peça técnica sobre temas de conhecimento específico.
 - 5.4.4.2. Técnico Legislativo - atribuição Policial Legislativo Federal, composta, no mínimo, por 2 (duas) questões discursivas e 1 (uma) peça técnica sobre temas de conhecimento específico.
 - 5.4.4.3. Técnico Legislativo - atribuição Assistente Legislativo e Administrativo, composta, no mínimo, por 2 (duas) questões discursivas e 1 (uma) peça técnica sobre temas de conhecimento específico.
- 5.4.5. A correção das provas discursivas obedecerá aos critérios de imparcialidade e de impessoalidade, incluindo o processo de desidentificação das provas.
- 5.4.6. A prova discursiva de cada candidato será submetida à avaliação de conteúdo e, ainda, à avaliação do domínio da escrita em língua portuguesa.
- 5.4.7. A avaliação de conteúdo será feita por pelo menos dois examinadores.
- 5.4.8. A nota de conteúdo do candidato será obtida pela média aritmética de duas notas convergentes atribuídas por examinadores distintos.
- 5.4.9. Duas notas de conteúdo das provas discursivas serão consideradas convergentes se diferirem em até 25% (vinte e cinco por cento) da nota máxima de conteúdo possível da questão.
- 5.4.10. Caso as correções divirjam em mais de 25% (vinte e cinco por cento) das notas máximas da questão, uma terceira correção será realizada e, neste caso, a nota atribuída à resposta da questão será a média das duas notas mais próximas.
- 5.4.11. O padrão de resposta das provas discursivas deverá ser divulgado e deverá haver possibilidade de interposição de recurso contra ele.

5.4.12. As provas discursivas só serão corrigidas após a divulgação do padrão de resposta definitivo e das eventuais análises dos recursos previstas no subitem anterior.

5.4.13. Poderá haver aproveitamento de questões/itens nas provas objetivas de conhecimentos gerais e discursivas dos diferentes cargos, desde que para provas realizadas no mesmo dia e horário.

5.4.14. Respeitados os empates de última posição, serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos aprovados nas provas objetivas em quantitativo equivalente a 4 (quatro) vezes o número de vagas imediatas destinadas à ampla concorrência. O quantitativo apurado deverá ser replicado para todas as modalidades de concorrência, quais sejam, ampla concorrência, pessoas com deficiência, pessoas pretas e pardas, pessoas indígenas e quilombolas, em conformidade com a legislação vigente.

5.4.15. Todas as informações deverão ser disponibilizadas no edital de abertura do concurso.

5.4.16. A instituição contratada deverá elaborar provas objetivas e discursivas que contenham questões ou itens em quantitativos e nível de dificuldade compatíveis com o respectivo tempo de duração, nos seguintes termos:

5.4.16.1. A instituição contratada deverá aplicar as provas discursivas no contraturno das provas objetivas, sendo que cada turno com duração máxima prevista no respectivo edital do certame.

5.4.16.2. A instituição contratada deverá corrigir as provas discursivas dos candidatos aprovados nas provas objetivas, observando os empates na última posição e a distribuição proporcional das vagas previstas no edital para ampla concorrência, candidatos com deficiência e candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas, até o limite previsto no Edital do Certame.

5.5. Do Curso de Formação Profissional para o cargo de Policial Legislativo Federal:

5.5.1. Para o cargo de Técnico Legislativo - atribuição Policial Legislativo Federal, deverá ser realizado Curso de Formação Profissional, de caráter eliminatório, sob a responsabilidade da instituição contratada, com avaliação prática e teórica, bem como avaliação comportamental referente à segunda etapa da avaliação psicológica.

5.5.2. Para o Curso de Formação Profissional, a instituição contratada deverá disponibilizar o sistema para matrícula online dos candidatos, bem como elaboração e publicação dos comunicados e editais de convocação dos resultados.

5.5.3. Os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso público, até o momento não eliminados na investigação social, serão convocados para matrícula no Programa de Formação Profissional, segundo a ordem de classificação obtida na primeira etapa do concurso público e dentro do número de vagas previsto no edital, respeitada a reserva de vagas para os candidatos com deficiência, caso a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo, conforme indicar a avaliação biopsicossocial e para os candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas.

5.5.4. Será eliminado do concurso o candidato que: deixar de apresentar os documentos necessários à matrícula no Curso de Formação Profissional; deixar de efetuar a matrícula no período estipulado; deixar de comparecer ao Curso de Formação Profissional no prazo estipulado no respectivo edital de convocação ou dele se afastar por qualquer motivo; não satisfizer aos demais requisitos legais, regulamentares, regimentais e editalícios.

5.5.5. Caso o candidato seja eliminado na forma do subitem anterior, poderá ser convocado outro candidato aprovado na primeira etapa do concurso público para

cumprir as exigências do Curso de Formação Profissional, observada a ordem de classificação, o número de matrículas não efetivadas e o número de vagas previsto no edital, tendo como limite para a convocação a data a ser estabelecida no edital de convocação para o referido Programa.

5.5.6. O candidato que for matriculado no Curso de Formação Profissional continuará a ser submetido à investigação social, às avaliações médica, física e psicológica, podendo vir a ser desligado do Curso e, conseqüentemente, eliminado do concurso, se não possuir procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, ou plena capacidade física, médica e(ou) psicológica.

5.5.7. A instituição contratada deverá elaborar e aplicar as provas teóricas das disciplinas do Curso de Formação Profissional, assim como acompanhar e documentar a aplicação das provas práticas.

5.5.8. Os instrutores do Curso de Formação Profissional poderão ser indicados pela Câmara dos Deputados. Os profissionais indicados e cedidos pela Câmara dos Deputados serão por ela remunerados, sem qualquer ônus à instituição contratada.

5.5.8.1. A instituição contratada se responsabilizará pela contratação de instrutores de sua responsabilidade que atuarem no Curso de Formação Profissional, os quais deverão ser remunerados conforme tabela padrão de remuneração daquela instituição.

5.5.9. Na hipótese de haver recurso quanto aos resultados do Curso de Formação Profissional, estes serão recebidos, avaliados e respondidos pela instituição contratada, de acordo com o cronograma de atividades do certame.

5.5.10. O Curso de Formação Profissional será realizado exclusivamente em Brasília/DF, em local a ser disponibilizado pela Câmara dos Deputados, e será regido por edital e regulamento próprios.

5.6. Do Teste de Aptidão Física

5.6.1. Em relação à fase de exame de aptidão física, deverá ser observado o seguinte:

5.6.1.1. O teste de aptidão física será composto dos seguintes testes: teste em barra fixa, teste de impulsão horizontal, teste de corrida de 12 (doze) minutos, teste de natação de 50 (cinquenta) metros e teste de *shuttle* (ir e vir).

5.6.1.2. Para o teste em barra fixa, a barra fixa deverá ter aproximadamente 2 (duas) polegadas de diâmetro e ser revestida de material aderente.

5.6.1.3. O teste de impulsão horizontal deverá ser realizado em caixa de salto (caixa de areia). A superfície de saída deverá ser de um ponto fixo, plano e sem obstáculo. A linha de medição inicial deverá ser nítida e ter 5 (cinco) centímetros de largura.

5.6.1.4. O teste de corrida de 12 (doze) minutos deverá ser realizado em pista com condições adequadas, apropriada para corrida e marcação escalonada a cada 10 (dez) metros.

5.6.1.5. O teste de natação deverá ser realizado em piscina com a extensão exata de 25 (vinte e cinco) metros, com bloco de partida e dividida em raia. A marcação do tempo do teste deverá ser realizada por 2 (dois) cronometristas por raia, escalados exclusivamente para este fim.

5.6.1.6. O teste de *shuttle* (ir e vir) será aplicado em local coberto e com piso plano, não escorregadio e sem obstáculo, com distância de 9,14 metros delimitada por duas linhas paralelas e opostas no solo. Além dos 9,14 metros necessários para a sua realização, deverá haver um espaço de, no mínimo, seis

metros antes da linha de partida e dois metros após a linha de chegada. Fazem parte do teste dois blocos de madeira, posicionados a 10 centímetros (demarcados) da parte externa de uma das linhas externas e separados entre si por um espaço de 30 centímetros (demarcados), de tal forma que uma das frentes do lado mais comprido esteja voltada para o local de corrida. Cada um dos dois blocos de madeira deve medir 5 cm × 5 cm × 10 cm, possuir massa de aproximadamente 200g(+/-10%) e ter seis lados planos.

5.6.1.7. A instituição contratada deverá realizar treinamento prévio com a equipe técnica que aplicará o exame de aptidão física, sendo apresentados minuciosamente os itens dos editais, bem como fotos e vídeos de provas anteriores ou outros meios, de modo a garantir a isonomia na aplicação e avaliação dos testes.

5.6.1.8. Os resultados dos candidatos deverão ser lançados em fichas de avaliação de capacidade física personalizadas, nas quais estarão impressos os dados pessoais dos candidatos.

5.6.1.9. A instituição contratada deverá coletar a assinatura do candidato na ficha de avaliação de capacidade física após a realização do teste de aptidão física ou no momento em que este foi interrompido.

5.6.1.10. Em cada local de aplicação do teste de aptidão física devem ser contratadas 02 (duas) ambulâncias Tipo D (UTI móvel), com desfibrilador e médico.

5.6.1.11. A instituição contratada deverá apresentar resposta ao recurso administrativo devidamente fundamentada a partir dos resultados obtidos pelo candidato no teste de aptidão física, não utilizando respostas evasivas, padronizadas ou genéricas, devendo ser apreciados todos os argumentos apresentados pelo candidato recorrente.

5.6.1.12. Os profissionais que atuarem em qualquer das etapas do teste de aptidão física não poderão assessorar os candidatos na elaboração de recursos contra a inaptidão no exame de aptidão física ou em qualquer outra etapa do certame.

5.6.1.13. Os testes de barra fixa, natação e *shuttle* (ir e vir) serão gravados em vídeo pela instituição contratada, que disponibilizará aos candidatos, de forma individualizada, para efeito de recurso, o registro da gravação, conforme procedimentos disciplinados nos respectivos editais.

5.6.1.14. Todos os registros de gravação devem ser armazenados nos servidores da instituição contratada e identificados por inscrição e teste do candidato.

5.6.1.15. Profissionais indicados pela Câmara dos Deputados supervisionarão e acompanharão o exame de aptidão física, para garantir a qualidade técnica do trabalho realizado, e auditarão os seus resultados, verificando a sua conformidade com o edital, a legislação e a jurisprudência nacional, devendo ter livre acesso à equipe técnica responsável. Os profissionais indicados pela Câmara dos Deputados não deverão interferir nos procedimentos dos testes e quaisquer observações e interações no local deverão ser tratadas diretamente com a equipe de coordenação local da instituição contratada.

5.6.1.16. A realização do exame de aptidão física ocorrerá nas mesmas cidades de realização das provas objetiva se discursivas, onde houver candidatos aprovados, em estrutura adequada.

5.7. Da avaliação psicológica

5.7.1. Fica a cargo da instituição contratada a definição da banca examinadora para a realização da avaliação psicológica, composta por profissionais regularmente inscritos em Conselho Regional de Psicologia, além de toda a logística de aplicação da avaliação, incluindo espaço físico e equipe de aplicação de provas.

5.7.2. A avaliação psicológica deverá ser realizada em conformidade com todas as normas em vigor, o estudo das atribuições e responsabilidades do cargo em com as resoluções do Conselho Regional de Psicologia.

5.7.3. Os locais de aplicação e a realização da avaliação psicológica atenderão as critérios estipulados pelo Conselho Federal de Psicologia nas Resoluções n°s 2/3003, 5/2012 e 2/2016, e subsequentes atualizações, bem como nos manuais técnicos de aplicação dos testes escolhidos.

5.7.4. A instituição contratada será responsável pela elaboração do perfil profissiográfico do cargo, se necessário.

5.7.5. A realização da avaliação psicológica visa verificar se o candidato apresenta características psicológicas e compatíveis com o exercício do cargo pretendido.

5.8. Da avaliação de saúde física e mental

5.8.1. É de responsabilidade da instituição contratada a realização da avaliação de saúde física e mental, de caráter unicamente eliminatório, de todos os candidatos aprovados na avaliação psicológica.

5.8.2. A avaliação médica aferirá se o candidato goza de saúde física e mental e será disciplinada no edital de abertura do certame.

5.9. Do cronograma

5.9.1. A instituição contratada deverá obedecer ao cronograma estabelecido em conjunto com a Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados.

5.9.2. Eventuais ajustes em datas intermediárias, desde que não comprometam o prazo final do certame, não caracterizarão inadimplemento contratual nem ensejarão a aplicação de penalidade.

5.9.3. Não serão aplicadas penalidades, inclusive multa de mora, quando houver alteração no cronograma do certame - ainda que com impacto na divulgação do resultado final - decorrente de casos fortuitos, motivos de força maior, ou fatos supervenientes, incluindo decisões judiciais e recomendações do Ministério Público Federal.

5.10. Das isenções de Pagamento de Inscrições

5.10.1. Não haverá isenção de pagamentos dos valores das taxas de inscrição, ressalvados os casos previstos nos incisos I e II do artigo 1º do Decreto n. 6.593/2008 e nos incisos I e II do artigo 1º da Lei n. 13.656/2018, que tratam, respectivamente, da isenção para os candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal e para os candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

5.10.2. A instituição contratada se responsabilizará pelo recebimento do requerimento e pela análise das solicitações de isenção de taxas.

5.10.3. A instituição contratada se responsabilizará, no que concerne aos casos dos doadores de medula óssea, pelo recebimento, via upload, de atestado ou laudo médico que comprove a doação.

5.10.4. O atestado ou laudo médico que comprove a doação de medula óssea deverá conter a data da efetiva doação e a declaração da doação subscrita por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, regulamente inscrito no Conselho Regional de Medicina.

5.10.5. As solicitações de isenção deverão ser realizadas por meio de requerimento do candidato, disponível no aplicativo de inscrição, a ser preenchido no endereço eletrônico próprio para o evento, contendo a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, ou comprovante de doação de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

5.10.6. A instituição contratada se responsabilizará pelo recebimento e processamento de eventuais recursos interpostos em decorrência do indeferimento dos pedidos de isenção de taxas, por meio de link específico no endereço eletrônico próprio para o evento, bem como pela análise e respostas a esses eventuais recursos.

5.11. Do Atendimento Especial

5.11.1. A instituição contratada deverá facultar ao candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas, inclusive as mães lactantes, a indicação dos recursos especiais necessários a tal atendimento, observada a viabilidade e a razoabilidade.

5.12. Dos Candidatos na condição de pessoa com deficiência

5.12.1. Das vagas ofertadas no concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas para pessoas com deficiência, em conformidade com o § 2º do artigo 5º da Lei n. 8.112/1990 e com o art. 1º, §1º do Decreto n. 9.508/2018.

5.12.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas por cargo, nos termos do §2º do artigo 5º da Lei n. 8.112/1990.

5.12.3. A avaliação biopsicossocial ocorrerá em duas etapas, conforme disposto na Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC n° 260/2025, sendo a instituição contratada será responsável pelo que segue:

5.12.3.1. Receber e analisar, por meio de equipe multiprofissional e interdisciplinar, a documentação comprobatória/caracterizadora de deficiência enviada no momento da solicitação de inscrição.

5.12.3.2. Realizar a segunda etapa, somente em caso de dúvida, quanto à caracterização da deficiência, por meio de análise presencial ou telepresencial à critério da instituição contratada.

5.12.3.3. Receber e responder recursos interpostos por esses candidatos.

5.12.4. O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação, à nota mínima exigida para os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso, em conformidade com o art. 2º do Decreto n. 9.508/2018.

5.12.5. O candidato que se declarar com deficiência, se não eliminado no concurso, será convocado para se submeter à avaliação biopsicossocial oficial promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade da instituição

contratada, que analisará a qualificação do candidato com deficiência, nos termos do § 1º do art. 2º da Lei n. 13.146/2015, dos artigos 3º e 4º do Decreto n. 3.298/1999, do § 1º do art. 1º da Lei Federal n. 12.764/2012, e do Decreto n. 10.654/2021, da Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260/2025, bem como do Decreto n. 9.508/2018, e suas alterações.

5.12.6. A instituição contratada deverá propor as regras e o cronograma para a realização da avaliação indicada no subitem anterior.

5.12.7. A avaliação indicada nos subitens anteriores poderá ser realizada de forma online.

5.12.8. O procedimento de avaliação biopsicossocial será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

5.12.9. A instituição contratada deverá apresentar resposta ao recurso administrativo devidamente fundamentado a partir dos resultados obtidos pelo candidato na avaliação biopsicossocial, vedada a utilização de respostas evasivas, padronizadas ou genéricas, devendo ser apreciados, obrigatoriamente, todos os argumentos apresentados pelo candidato recorrente.

5.12.10. A instituição contratada deverá fornecer à Câmara dos Deputados, quando demandada, cópia dos exames médicos e laudos apresentados pelos candidatos, respeitada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei n. 13.709/2018.

5.12.11. Os profissionais que atuarem em qualquer das etapas da avaliação biopsicossocial não poderão assessorar os candidatos na elaboração de recursos contra o resultado desta fase ou em qualquer outra etapa do certame.

5.12.12. A Câmara dos Deputados fornecerá à instituição contratada informações sobre as atribuições do cargo, de modo a subsidiar a emissão do parecer.

5.13. Das vagas reservadas a candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas

5.13.1. Serão reservadas aos candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas o seguinte quantitativo de vagas, em conformidade com a Lei nº 15.142/2025, com o Decreto nº 12.536/2025 e com a Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025

5.13.1.1. Reserva de 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas para pessoas pretas e pardas;

5.13.1.2. Reserva de 3% (três por cento) do total de vagas para pessoas indígenas;

5.13.1.3. Reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas para quilombolas.

5.13.2. Caso a aplicação dos percentuais mencionados resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior do que 0,5 (zero vírgula cinco) ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco) nos termos do §2º do artigo 5º da Lei n. 15.142/2025.

5.13.3. A instituição contratada será responsável pelo procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas, o qual poderá ser realizado de forma online, por meio de comissão de confirmação complementar à autodeclaração, e seguirá o disposto na Lei n. 15.142/2025 e no Decreto n. 12.536/2025, observados, ainda, os regulamentos sobre o tema e o edital regedor do certame.

5.13.4. A instituição contratada deverá propor as regras e o cronograma para a realização da avaliação indicada nos subitem anterior.

5.13.5. A comissão de confirmação complementar à autodeclaração será composta por cinco membros e seus suplentes, constituída por especialistas com formação

relacionada às relações étnicas e raciais e compreensão da política de cotas brasileira e que correspondam à diversidade racial e de gênero populacional.

5.13.6. Os currículos dos membros da comissão de confirmação complementar à autodeclaração deverão ser publicados em sítio eletrônico da instituição contratada.

5.13.7. O procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá ser realizado de forma online e será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos.

5.13.8. Será constituída comissão recursal, composta por três integrantes distintos dos membros da comissão de confirmação complementar à autodeclaração, que deverão possuir os mesmos requisitos da comissão original, citados no subitem 5.13.5.

5.13.9. Das decisões da comissão de confirmação complementar à autodeclaração caberá recurso dirigido à comissão recursal, nos termos do edital do concurso.

5.13.10. Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de confirmação complementar à autodeclaração, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

5.13.11. A instituição contratada deverá apresentar resposta ao recurso administrativo devidamente fundamentada a partir dos resultados obtidos pelo candidato no procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos pretos e pardos, vedada a utilização de respostas evasivas, padronizadas ou genéricas, devendo ser apreciados todos os argumentos apresentados pelo candidato recorrente.

5.13.12. Os profissionais que atuarem em qualquer das etapas do procedimento de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos pretos e pardos não poderão assessorar os candidatos na elaboração de recursos contra o resultado desta fase ou em qualquer outra etapa do certame.

5.13.13. A instituição contratada será responsável pelo procedimento administrativo de verificação documental da condição declarada para concorrer às vagas reservadas aos candidatos indígenas e quilombolas, o qual seguirá o disposto na Lei n. 15.142/2025, no Decreto n. 12.536/2025 e na Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI n. 261/2025, observados ainda os regulamentos sobre o tema e o edital regedor do certame.

5.13.14. O edital de abertura do certame explicitará as providências a serem adotadas no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

5.14. Das Bancas Examinadoras

5.14.1. A instituição contratada é responsável por compor as bancas examinadoras para a elaboração e a correção das provas, e para análise e resposta dos recursos interpostos pelos candidatos em relação a esses instrumentos de avaliação.

5.14.2. A instituição contratada deve reunir-se com a Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados para definir o perfil de candidato a ser selecionado pelo concurso e o padrão adequado de dificuldade nas provas.

5.14.3. A instituição contratada deve avaliar, conjuntamente com a Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados, a adequação do conteúdo programático a ser cobrado.

5.15. Da subcontratação

5.15.1. Na execução do objeto do Contrato, e sem prejuízo das obrigações contratuais e legais, a instituição contratada poderá subcontratar, sob sua responsabilidade integral, pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços acessórios ou complementares, desde que estas lhe comprovem a capacidade técnica compatível.

5.15.2. Não é considerada subcontratação a utilização remunerada pela instituição contratada de profissionais autônomos sob sua responsabilidade.

6. Obrigações da Câmara dos Deputados e da instituição contratada

6.1. São obrigações da Câmara dos Deputados:

6.1.1. Observar as obrigações definidas na Proposta de Prestação de Serviços Técnico-Especializados da instituição contratada, no Termo de Referência e no Contrato.

6.1.2. Fornecer à instituição contratada todas as informações necessárias à execução do objeto do contrato, tais como o número de vagas, a descrição dos cargos, sua remuneração e requisitos para provimento.

6.1.3. Validar o edital de abertura e demais editais, dentro do prazo previsto no contrato.

6.1.4. Realizar a publicação dos editais na Imprensa Oficial e comunicar o ato à instituição contratada.

6.1.5. Abster-se de elaborar, alterar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a anuência da instituição contratada.

6.1.6. Fixar o valor da taxa de inscrição.

6.1.7. Responsabilizar-se por arrecadar a taxa de inscrição.

6.1.8. Indicar à instituição contratada a conta bancária para o recebimento das taxas de inscrição, e demais informações necessárias ao pagamento das taxas de inscrição.

6.1.9. Disponibilizar à instituição contratada o acesso ao módulo de download dos arquivos de retorno referentes aos pagamentos, efetivados pelos candidatos, vinculados à conta da Câmara dos Deputados, observados os procedimentos dispostos na Proposta de Serviços da instituição contratada.

6.1.10. Informar à instituição contratada a conclusão do procedimento de envio dos arquivos de pagamento das taxas de inscrição e quantitativo final de inscrições efetivadas.

6.1.11. Arcar com o ônus das isenções de taxa de inscrição.

6.1.12. Aprovar e fazer cumprir o cronograma apresentado pela instituição contratada.

6.1.13. Indicar representante(s) para realizar a comunicação com a instituição contratada acerca da execução do objeto do contrato.

6.1.14. Designar o fiscal do contrato, que será responsável por fiscalizar a execução dos serviços, durante a vigência do contrato, bem como a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

6.1.15. Acatar os procedimentos de confidencialidade adotados pela instituição contratada.

6.1.16. Manter sob a exclusiva responsabilidade da instituição contratada a indicação dos nomes dos participantes, internos e externos, que comporão as bancas examinadoras, excetuando-se aqueles cuja indicação não lhes competir.

6.1.17. Arcar inteiramente com o ônus decorrente de eventual reaplicação de prova, quando os fatos motivadores forem de sua responsabilidade.

- 6.1.18. Compartilhar com a instituição contratada o ônus decorrente de eventual reaplicação de prova quando os fatos motivadores não forem imputados a nenhuma das partes.
- 6.1.19. Responder, sempre que solicitado, as demandas que lhe sejam apresentadas pela instituição contratada, de acordo com os prazos estabelecidos.
- 6.1.20. Comunicar-se com a instituição contratada, para solicitar subsídios às demandas judiciais ou administrativas, bem como para ajustar procedimentos e solicitar esclarecimentos, observados os termos e os prazos previstos na Proposta de Prestação de Serviços.
- 6.1.21. Cumprir, nos prazos estabelecidos, as decisões judiciais relacionadas ao contrato, desde que regularmente intimada pelo Poder Judiciário ou notificada pela instituição contratada, quando não integrar o polo passivo da ação judicial.
- 6.1.22. Definir, juntamente com a instituição contratada, as ações a serem adotadas em situações não previstas no presente termo de referência.
- 6.1.23. Não permitir a participação de pessoas na Comissão Organizadora, nas bancas examinadoras ou em funções relacionadas à organização e à fiscalização do concurso que tenham vínculo com entidades direcionadas à preparação para concursos públicos, bem como cujo cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, se inscreva como candidato.
- 6.1.24. Providenciar a imediata substituição das pessoas que incorrerem nos impedimentos indicados no subitem anterior.
- 6.1.25. Permitir o uso das suas marcas e do seu nome no sítio eletrônico e no portfólio de clientes da instituição contratada, bem como em materiais de divulgação dos serviços objeto deste instrumento de contrato.
- 6.1.26. Responsabilizar-se pelo exame de higidez física e mental, capacitante ou incapacitante, nos candidatos convocados para a posse.
- 6.1.27. Analisar a documentação da sindicância da vida pregressa dos candidatos do cargo de Policial Legislativo Federal.
- 6.1.28. Efetuar o pagamento à instituição contratada, na forma e prazos pactuados no instrumento contratual.
- 6.1.29. Homologar o resultado final do concurso público.
- 6.1.30. Responsabilizar-se pela nomeação e pela posse dos candidatos.
- 6.1.31. Responsabilizar-se pela indicação e remuneração, nos termos da legislação vigente, de servidores - em quantitativo a ser informado pela instituição contratada em ofício específico para essa finalidade - para compor a equipe multiprofissional e interdisciplinar, de acordo com o disposto na proposta de prestação de serviços.

6.2. São obrigações da Instituição Contratada:

- 6.2.1. Organizar e realizar o concurso público, observando a legislação e as normas aplicáveis.
- 6.2.2. Observar as obrigações definidas neste Termo de Referência e no Contrato, bem como na sua Proposta de Prestação de Serviços Técnico-Especializados.
- 6.2.3. Apresentar o cronograma detalhado de execução do concurso público para aprovação da Câmara dos Deputados.
- 6.2.4. Prestar assessoria técnica e jurídica à Câmara dos Deputados, no auxílio ao cumprimento de decisões judiciais e, ainda, atuação judicial e extrajudicial, quando devidamente intimada e/ou notificada.
- 6.2.5. Disponibilizar canal para atendimento a demandas, questionamentos e orientações à Câmara dos Deputados.

6.2.6. Subsidiar as respostas às ações judiciais propostas em desfavor da União ou da Câmara dos Deputados nos prazos abaixo especificados e responder as que em seu desfavor sejam propostas, se referentes ao certame.

6.2.6.1. Até a primeira metade do prazo determinado judicialmente, a contar da ciência do ato judicial pela Câmara dos Deputados ou pela Advocacia-Geral da União.

6.2.6.2. Até 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato judicial pela Câmara dos Deputados ou pela Advocacia-Geral da União, quando não assinalado prazo.

6.2.6.3. Até 1 (um) dia antes de findo o prazo determinado administrativamente, a contar da ciência do ato administrativo.

6.2.6.4. Até 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência do ato administrativo, quando não assinalado prazo.

6.2.6.5. Tratando-se de prazos determinados administrativamente pelo Tribunal de Contas da União ou pelo Ministério Público Federal, ou de atos administrativos desses órgãos que não assinalem prazos, devem ser aplicados os prazos dos itens 6.2.6.1 e 6.2.6.2.

6.2.7. Arcar com os prejuízos decorrentes da anulação de provas e/ou da mudança de data de aplicação destas, quando o motivo ensejador destes fatos for de sua exclusiva responsabilidade.

6.2.8. Reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da sua execução.

6.2.9. Responsabilizar-se pelos vícios e pelos danos decorrentes da execução do objeto contratual, bem como por qualquer prejuízo causado à União, desde que o fato gerador seja de sua responsabilidade, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa. Nesses casos, deverá promover o ressarcimento integral e imediato à Câmara dos Deputados.

6.2.10. Fica a Câmara dos Deputados autorizada a descontar dos pagamentos devidos à instituição contratada o valor correspondente aos danos apurados, desde que haja prévia notificação à instituição contratada e lhe seja assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

6.2.11. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

6.2.12. Divulgar o concurso público pelos meios de comunicação usualmente utilizados, em conformidade com o disposto na sua Proposta de Prestação de Serviços Técnico-Especializados.

6.2.13. Elaborar editais, comunicados, formulários, instruções, cadastros e listagens.

6.2.14. Manter portal na Internet com todas as publicações (editais, instruções, comunicados, formulários, etc.), provas aplicadas e gabaritos, convocação de candidatos para etapas intermediárias, resultados de recursos e resultado de etapas intermediárias, resultados e homologações de todas as etapas do concurso, bem como resultado final e demais documentos relativos ao concurso para acesso por parte do público interessado, assegurando a transparência e o bom andamento dos trabalhos.

6.2.15. Manter canais abertos para atender, auxiliar e orientar o público interessado e os candidatos quanto a questões relativas ao certame durante as fases do concurso de sua responsabilidade.

- 6.2.16. Elaborar, validar e submeter à Câmara dos Deputados os editais, comunicados e demais publicações relacionadas ao concurso.
- 6.2.17. Prover as listas de candidatos para as vagas de ampla concorrência, de candidatos para as vagas reservadas a pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas e para pessoas com deficiência, respeitando toda a legislação aplicável e, ainda, as regras definidas no contrato e no edital regedor do certame,
- 6.2.18. Disponibilizar em sua página na Internet as informações quanto aos locais de prova, notas e classificação final no concurso.
- 6.2.19. Assegurar a utilização dos mecanismos de segurança descritos na proposta para garantir a lisura do concurso.
- 6.2.20. Providenciar locação de espaços físicos, organização, logística, sinalização e todas as operações concernentes à segurança e à aplicação dos instrumentos de avaliação do concurso que sejam de sua responsabilidade, incluindo atendimento diferenciado aos candidatos com deficiência e aos que solicitarem atendimento especial, observados os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 6.2.21. Providenciar pessoal adequadamente treinado para efetuar a segurança e a aplicação das provas do concurso que sejam de sua responsabilidade, incluindo conhecimento acerca dos documentos oficiais de identificação, dos protocolos de segurança sanitária, bem como da adequada utilização dos mecanismos de segurança, como detectores de metal, por exemplo.
- 6.2.22. Providenciar projetos de formulários óticos, sistemas para impressão de formulários óticos, impressão dos formulários óticos, leitura, cadastro e sistema de correção dos formulários óticos.
- 6.2.23. Elaborar, revisar, compor, imprimir e acondicionar as provas a serem aplicadas no concurso, assim como as planilhas de aplicação de provas.
- 6.2.24. Providenciar organização, logística e todas as operações concernentes à segurança para transporte, guarda e correção dos instrumentos de avaliação e dos formulários de resposta dos candidatos após a aplicação das provas do concurso que sejam de sua responsabilidade, incluindo checagens duplas e conferência das folhas de frequência com as folhas de respostas.
- 6.2.25. Guarnecer todos os locais de prova objetiva e discursiva com detectores de metal, visando à adoção de procedimentos de segurança que impeçam a entrada de objetos ou equipamentos proibidos.
- 6.2.26. No dia de realização das provas objetivas e discursivas, utilizar detectores de metais em todas as salas de aplicação de provas, nos corredores e nos banheiros, de modo que todo candidato seja verificado a cada entrada e a cada saída da sala de realização das provas e/ou dos banheiros.
- 6.2.27. Efetuar o registro, em ata ou documento próprio, de todos os fatos ocorridos em discrepância com o andamento regular das fases do concurso público.
- 6.2.28. Informar à Câmara dos Deputados, em até 72 (setenta e duas) horas, os fatos ocorridos em discrepância com o andamento regular das fases do concurso público que sejam de sua responsabilidade.
- 6.2.29. Custodiar, em local apropriado, por prazo não inferior a 3 (três) anos, contados da homologação do resultado final do certame, todos os formulários de inscrição, as folhas de respostas, as folhas de frequência e demais documentos de todos os candidatos, bem como os exemplares de todas as provas aplicadas no concurso. Após esse prazo, caso não existam ações judiciais referentes ao certame a e Câmara dos Deputados não manifestar interesse pela retirada do material, o material poderá ser descartado.
- 6.2.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, sob pena de responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida.

6.2.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, excetuada a hipótese tratada no art. 124, II, alínea “d” da Lei 14.133/2021.

6.2.32. Garantir que todas as fases da seleção contemplem rigorosas técnicas de segurança antifraude, descritas em sua proposta.

6.2.33. Observar que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os seus empregados e a Câmara dos Deputados, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

6.2.34. Exigir de todos os envolvidos no concurso Termo de Sigilo amplo.

6.2.35. Cumprir as obrigações descritas neste Termo de Referência relativas ao Programa de Formação para o cargo de Policial Legislativo Federal.

6.3. São obrigações da Instituição Contratada em relação às inscrições no concurso

6.3.1. Disponibilizar plataforma online, em endereço eletrônico próprio, destinada ao recebimento das inscrições dos interessados, além de armazenar e conferir os dados cadastrais.

6.3.2. Assegurar que os dados cadastrais dos inscritos sejam armazenados e, quando oportuno, conferidos, atentando para o atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6.3.3. Disponibilizar Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento da taxa de inscrição em qualquer banco, bem como nas casas lotéricas e nos Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

6.3.4. Cumprir as obrigações descritas neste Termo de Referência relativas às isenções de inscrição.

6.3.5. Cumprir as obrigações descritas neste Termo de Referência relativas às inscrições de candidatos pessoas com deficiência.

6.3.6. Cumprir as obrigações descritas neste Termo de Referência relativa às inscrições de candidatos pretos, pardos, indígenas e quilombolas.

7. Modelo de Gestão do Contrato

7.1. Disposições Gerais

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. As atividades de gestão e fiscalização serão executadas de acordo com a Portaria n. 295, de 2023 da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.

7.2. Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato

7.2.1. A gestão do contrato será conduzida em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Portaria n. 295, de 2023 da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e nas diretrizes internas do Câmara dos Deputados.

7.2.2. O modelo de gestão adotado observará as seguintes diretrizes:

7.2.2.1. Será designado formalmente um ou mais fiscais, integrantes da Subcomissões Técnicas do Concurso da Câmara dos Deputados.

7.2.2.2. São atribuições do(s) Fiscal(is):

- 7.2.2.2.1. Conferir e validar a execução dos serviços de acordo com o cronograma pactuado.
- 7.2.2.2.2. Verificar a qualidade dos serviços prestados e a aderência às condições estabelecidas no contrato.
- 7.2.2.2.3. Solicitar à instituição contratada correções ou providências necessárias, emitindo notificações formais, se for o caso.
- 7.2.2.2.4. Subsidiar os procedimentos de aplicação de penalidades, se necessário.
- 7.2.2.2.5. Aprovar o recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.2.2.6. Deverão ser observadas as seguintes rotinas de fiscalização:
 - 7.2.2.2.6.1. Fiscalização periódica da execução das etapas do concurso, com verificação documental e técnica das atividades realizadas.
 - 7.2.2.2.6.2. Participação em reuniões de acompanhamento, com elaboração de atas registrando eventuais ajustes de execução.
 - 7.2.2.2.6.3. Relatórios mensais de fiscalização, contendo análise crítica da execução e registro de não conformidades, se houver.
 - 7.2.2.2.6.4. Relatório final de fiscalização, ao fim da execução, contendo descrição dos resultados da contratação, e dos principais eventos e ações relacionados à contratação.

7.2.2.3. A comunicação formal entre a Câmara dos Deputados e a instituição contratada será realizada por meio de e-mails institucionais, sistemas eletrônicos oficiais e reuniões periódicas.

7.2.2.4. Demandas emergenciais poderão ser tratadas via contato telefônico, desde que posteriormente formalizadas por escrito.

8. Do prazo e forma de pagamento

8.1. A instituição contratada deverá informar em sua proposta o valor total dos serviços, discriminando o valor para realização do concurso, compreendendo todos os procedimentos previstos neste Termo de Referência.

8.2. Os serviços objeto da contratação, executados e aceitos pela Câmara dos Deputados, serão pagos em parcelas, de acordo com o que segue, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

8.2.1. Para Analista Legislativo - Processo Legislativo e Gestão e Técnico Legislativo - Assistente Legislativo e Administrativo:

8.2.1.1. Primeira Parcela – 40% (quarenta por cento) do valor do item, a ser paga após o encerramento do prazo final para pagamento das taxas de inscrições do respectivo concurso.

8.2.1.2. Segunda Parcela – 40% (quarenta por cento) do valor do item, a ser paga após o encerramento da aplicação das provas objetivas e discursivas do respectivo concurso.

8.2.1.3. Terceira Parcela – 20% (vinte por cento) do valor do item, a ser paga após a divulgação do resultado final do respectivo concurso público.

8.2.2. Para Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal:

8.2.2.1. Primeira parcela - 30% (trinta por cento) do valor do item - no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da fatura, a ser emitida pela instituição contratada, após o encerramento do prazo final para pagamento das taxas de inscrições do concurso público;

8.2.2.2. Segunda parcela - 20% (vinte por cento) do valor do item - no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da fatura, a ser emitida pela instituição contratada, na data da convocação para o exame de aptidão física;

8.2.2.3. Terceira parcela - 20% (vinte por cento) do valor do item - no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da fatura, a ser emitida pela instituição contratada, na data da convocação para a avaliação psicológica;

8.2.2.4. Quarta parcela - 20% (vinte por cento) do valor do item - no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da fatura, a ser emitida pela instituição contratada na data de publicação do resultado final da primeira etapa do concurso público;

8.2.2.5. Quinta parcela - 5% (cinco por cento) do valor do item - no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da fatura, a ser emitida pela CONTRATADA na data de publicação do resultado final da avaliação psicológica da primeira turma, ou turma única, do Curso de Formação Profissional; e

8.2.2.6. Sexta parcela - 5% (cinco por cento) do valor do item - no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento da fatura, a ser emitida pela CONTRATADA, após a divulgação do resultado final do respectivo concurso público.

8.3. O pagamento será feito por meio de depósito em conta corrente da instituição contratada, em agência bancária indicada, mediante a apresentação de nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente discriminados, após o ateste da Câmara dos Deputados.

8.4. A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal, fatura ou no documento idôneo equivalente.

8.5. A nota fiscal, fatura ou documento idôneo equivalente deverão indicar como destinatário/tomador o CNPJ 00.530.352/0001-59, da Câmara dos Deputados, independentemente das unidade orçamentária emissora da Nota de Empenho.

8.6. O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do aceite definitivo do objeto.

8.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8. Para liberação das faturas, a Câmara dos Deputados levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

8.9. No caso de atraso pela Câmara dos Deputados, os valores devidos à instituição contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecimento pelo IBGE, ou, caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais previstos na legislação aplicável.

8.12. Estando a instituição contratada isenta ou imune das retenções previstas neste item, a comprovação exigida pela legislação tributária vigente deverá ser anexada à respectiva nota fiscal, fatura ou ao respectivo documento idôneo equivalente.

8.13. A realização de novas turmas do Curso de Formação Profissional será objeto de termo aditivo ao contrato.

9. Dos critérios de reajuste

9.1. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, poderá ser admitido, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, reajuste de preços, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, ou caso esse índice venha a ser extinto, o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

9.2. Para a definição do percentual de reajuste, será observada a variação acumulada do índice no interregno de 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado.

9.3. O reajuste de preços atingirá:

9.3.1. As parcelas do Contrato que deverão ser executadas em período excedente à anualidade referida no item 9.1.

9.3.2. As parcelas do Contrato que já deveriam ter sido concluídas, mas que, por atrasos causados exclusivamente pela Câmara dos Deputados, ou por motivos por ela aceitos formalmente, continuarem a ser executadas em período excedente à anualidade no item 9.1.

9.4. O reajuste será precedido de solicitação da instituição contratada, observado o seguinte:

9.4.1. O pedido deverá indicar o percentual de reajuste pleiteado, detalhando o período de variação acumulada do índice, limitado a 12 (doze) meses.

9.4.2. A instituição contratada deverá solicitar o reajuste dos preços deste Contrato em até 6 (seis) meses da data em que adquirir o direito ou até a data do encerramento do contrato vigente, sob pena de preclusão do direito de reajustar.

9.4.3. Os efeitos financeiros retroagirão à data em que a instituição contratada adquirir o direito ao reajuste, nos termos do item 9.1.

9.4.4. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento.

9.4.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.4.7. A solicitação de reajuste será respondida pela Câmara dos Deputados, preferencialmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido, acompanhado de toda a documentação e de todas as informações necessárias.

10. Forma e critérios de seleção do fornecedor

10.1. A seleção do fornecedor dar-se-á com fundamento da Lei n. 14.133/2021.

10.2. A habilitação da instituição contratada será verificada com base nos seguintes documentos:

10.2.1. Estatuto social com cláusulas que demonstram a aderência da finalidade institucional ao objeto contratado;

10.2.2. Comprovação da natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos;

10.2.3. Registro em cartório competente e regularidade fiscal e trabalhista;

10.2.4. Histórico de atuação compatível com o objeto pretendido;

10.2.5. Lista de concursos federais de abrangência nacional executados nos últimos 5 (cinco) anos, demonstrando robustez técnica, segurança operacional e estrutura logística compatível com o certame a ser realizado pela Câmara dos Deputados.

10.2.6. A Câmara dos Deputados assegurará, no momento da formalização contratual, a verificação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista e verificará, ainda, se há registro ativo no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, em observância ao art. 6-A da Lei n. 10.522/2022.

11. Apuração de responsabilidade e Sanções

11.1. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e de ampla defesa, respeitando os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e da indisponibilidade e supremacia do interesse público, conforme disposto na Lei n. 14.133/2021.

11.2. A Câmara dos Deputados comunicará à instituição contratada, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das penalidades cabíveis ao caso.

11.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Câmara dos Deputados poderá, garantida a prévia defesa da instituição contratada e o seu direito ao contraditório, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e ouvida a Comissão Organizadora de Governança do Concurso Público da Câmara dos Deputados, aplicar, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal, as sanções previstas na Lei n. 14.133/2021 e demais normas pertinentes, notadamente as seguintes:

11.3.1. Advertência.

11.3.2. Multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da parcela de pagamento relativa à fase da contratação em que houve o fato gerador da penalidade, por dia de atraso injustificado no cumprimento de obrigações previstas no contrato e no Projeto Básico que lhe deu origem, até o limite de 15 (quinze) dias.

11.3.3. Multa de até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor total da parcela de pagamento relativa à fase da contratação em que houve o fato gerador da penalidade, no caso de faltas graves.

11.3.4. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da parcela de pagamento relativa à fase da contratação em que houve o fato gerador da penalidade, no caso de inexecução parcial do objeto.

11.3.5. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3.6. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato, desde que comprovada culpa ou dolo da instituição contratada.

11.3.7. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.3.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, em âmbito nacional, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.4. Os termos a que se refere o subitem 11.3 serão assim entendidos:

11.4.1. Faltas leves: aquelas que não causem prejuízos financeiros ou à imagem da Câmara dos Deputados, sanadas tempestivamente.

11.4.2. Faltas graves: aquelas que causem prejuízos financeiros ou à imagem da Câmara dos Deputados, tais como, exemplificativamente, problemas e erros no sistema da instituição contratada que prejudiquem o atendimento aos candidatos e vazamento de informações do certame.

11.4.3. Inexecução parcial do objeto: ocorrências que levem à suspensão do certame ou à repetição de fases, tais como, exemplificativamente, fase de inscrição, fase de aplicação de provas, fase de recursos, por culpa ou dolo da instituição contratada.

11.4.4. Inexecução total do objeto: ocorrências que levem ao cancelamento do certame por culpa ou dolo da instituição contratada.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

11.5.3. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.

11.5.4. Os danos que dela provierem para a Câmara dos Deputados, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo.

11.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Todas as sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

11.7. No processamento das sanções, primeiro serão consideradas as circunstâncias atenuantes seguidas das agravantes.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara dos Deputados.

11.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Câmara dos Deputados a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato.

11.8. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à instituição contratada.

11.9. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a instituição contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.

11.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela instituição contratada à Câmara dos Deputados, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras constantes do § 6º do art. 156 da lei n.º 14.133/2021.

11.12. Reputar-se-ão inidôneos, entre outras hipóteses, atos tais como os descritos nos artigos 337-I e 337-M, § 2º, do código penal (decreto-lei n.º 2.848/1940).

11.13. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n.º 14.133/2021 e em regulamento interno da contratante, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.14. É admitida a reabilitação da instituição contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridas, cumulativamente, as exigências dispostas nos incisos I a V e parágrafo único do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

11.15. Fazem parte integrante do contrato, para todos os efeitos, este Termo de Referência e a proposta da instituição contratada.

ANEXO I
QUANTITATIVOS E CARGOS

CARGO	Quantitativo de vagas	Cadastro de Reserva	Nível de Escolaridade
Analista Legislativo - Processo Legislativo e Gestão	35	35	Nível Superior
Técnico Legislativo - Policial Legislativo Federal	40	40	Nível Superior
Técnico Legislativo - Assistente Legislativo e Administrativo	35	35	Nível Superior

ANEXO II **DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

1. ANALISTA LEGISLATIVO - PROCESSO LEGISLATIVO E GESTÃO

1.1. Requisitos: diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área, devidamente registrado no Ministério da Educação.

1.2. Lotação: quaisquer unidades administrativas.

1.3. Atribuições: planejamento, orientação e execução de tarefas relativas ao desenvolvimento de trabalhos administrativos e legislativo concernente à atuação institucional da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo, tais como:

I - apoio técnico e administrativo nas áreas de gestão de pessoas e de processos, de materiais e de patrimônio, de licitações e contratos, de orçamento e finanças, de tecnologia da informação, de comunicação social e em outras áreas que forneçam o suporte necessário ao funcionamento da Câmara dos Deputados;

II - assistência à Mesa, às Comissões, às Lideranças e à Administração em matéria constitucional, regimental, de técnica legislativa e administrativa;

III - fornecimento de subsídios à elaboração de documentos de natureza legislativa e administrativa;

IV - coleta de dados e informações, sua organização e atualização, relativos a matéria legislativa, administrativa, financeira e orçamentária.

2. TÉCNICO LEGISLATIVO - POLICIAL LEGISLATIVO FEDERAL

2.1. Requisitos: diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área, devidamente registrado no Ministério da Educação e Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para dirigir veículos automotores de, no mínimo, categoria B, válida e sem impedimentos.

2.2. Lotação: unidade administrativa de policiamento, segurança institucional, segurança pessoal, investigação criminal, inteligência e prevenção e combate a sinistros.

2.3. Atividades típicas:

I - a segurança do Presidente da Câmara dos Deputados, em qualquer localidade do território nacional e no exterior;

II - a segurança dos Deputados Federais, servidores e autoridades, nas dependências sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados;

III - a segurança dos Deputados Federais, servidores e quaisquer pessoas que eventualmente estiverem a serviço da Câmara dos Deputados, em qualquer localidade do território nacional e no exterior, quando determinado pelo Presidente da Câmara dos Deputados;

IV - o planejamento, a coordenação e a execução de ações de policiamento, ostensivo e velado, para prevenção e manutenção da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e de terceiros nas áreas sob responsabilidade da Câmara dos Deputados e nas áreas circunvizinhas;

V - o apoio às Comissões Parlamentares de Inquérito e aos demais órgãos da Casa, relacionado às atividades de polícia, de segurança e de inteligência da Câmara dos Deputados;

VI - a revista, a busca e a apreensão;

VII - as de registro e de administração inerentes à Polícia;

VIII - a investigação e a formação de inquérito;

IX - a apuração de infrações penais praticadas em detrimento de bens, de serviços e de interesses da Câmara dos Deputados ou cometidas nos locais sob sua responsabilidade;

X - as atividades de inteligência e contrainteligência;

XI - o assessoramento técnico-operacional à Mesa nos assuntos referentes à polícia, à segurança e à inteligência da Câmara dos Deputados.

XII - a prevenção e a repressão de ilícitos penais de sua atribuição;

XIII - a execução da fiscalização de trânsito, nos termos do art. 25-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

XIV - a preservação e o controle do acesso ao local de ocorrência de infração penal, sem prejuízo da atuação de outros órgãos policiais, no âmbito de suas atribuições;

XV - a coleta, a preservação e a integridade da cadeia de custódia de dados, de informações e de materiais que constituam insumos, indícios ou provas;

XVI - a coordenação e a execução de atividades de perícia criminal nos delitos de sua atribuição, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos oficiais de perícia forense;

XVII - o tratamento de dados e de pesquisas jurídicas, técnicas e científicas relacionados às funções de investigação criminal;

XVIII - o planejamento, a coordenação e a execução de ações de prevenção e de combate a incêndios e a demais sinistros, bem como o atendimento a emergências nas áreas sob responsabilidade da Câmara dos Deputados e nas áreas circunvizinhas, sem prejuízo das atribuições e da colaboração dos demais órgãos públicos de defesa civil;

XIX - a coleta, a busca e a análise de dados, inclusive estatísticos, sobre a criminalidade e as infrações administrativas de interesse da atividade policial destinadas a orientar o planejamento e a execução de suas atribuições;

XX - a atuação coordenada com outras instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e com os demais órgãos públicos de controle, de correição e de fiscalização, de forma a garantir a eficiência de suas atividades;

XXI - o acesso, na sua atribuição de polícia investigativa e de inteligência, aos bancos de dados existentes nos órgãos de segurança pública relativos à identificação civil e criminal, a armas, a veículos e a objetos, observado o disposto no inciso X do *caput* do art. 5º da Constituição Federal, bem como a outros bancos de dados mediante convênio ou cessão de uso;

XXII - o planejamento, a coordenação e a execução dos serviços de identificação para acesso à Câmara dos Deputados;

XXIII - o cumprimento de mandados de prisão nas áreas sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, em coordenação com os demais órgãos competentes, e o acompanhamento de busca e apreensão emanados do Poder Judiciário nos casos atinentes às investigações de sua atribuição;

XXIV - a execução de conduções coercitivas e de escolta de presos e de depoentes das comissões parlamentares, quando essas diligências forem realizadas no interesse da Câmara dos Deputados;

XXV - o assessoramento a Comissões Parlamentares de Inquérito, por meio da execução de ordens de prisão em flagrante determinadas por seus presidentes, bem como do cumprimento de mandados de intimação e de busca e apreensão, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos públicos;

XXVI - a requisição, diretamente a órgãos e entidades, públicos ou privados, inclusive agências reguladoras, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e de aplicações, incluídas redes sociais, de informações relativas a dados cadastrais que informem, entre outros, a qualificação pessoal, a filiação e o endereço, preservados os sigilos das operações bancárias e fiscais e das

comunicações telemáticas, observado o disposto nesta Resolução, para fins de cumprimento do previsto no § 1º do art. 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), nos procedimentos de apuração de infrações penais de sua competência;

XXVII - o planejamento, a coordenação e a execução de serviços de armazenamento e o transporte de produtos especiais, perigosos e controlados do Departamento de Polícia Legislativa Federal (Depol), com vista à proteção das pessoas e do patrimônio;

XXVIII - o peticionamento, no juízo competente e na forma da lei, para solicitação de quebras de sigilo fiscal, bancário e telemático, além de outras medidas cautelares necessárias à apuração de ilícitos de sua competência;

XXIX - o exercício das atribuições atinentes à autoridade policial, na forma da legislação penal, especialmente do disposto no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e nas Leis nºs 12.830, de 20 de junho de 2013, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.

3. TÉCNICO LEGISLATIVO - Assistente Legislativo e Administrativo

3.1. Requisitos: Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior, devidamente registrado no Ministério da Educação.

3.2. Lotação: quaisquer unidades administrativas.

3.3. Atribuições: Atividades de nível técnico relacionadas ao planejamento, ao controle e à execução de trabalhos legislativos e administrativos, com o objetivo de prover condições técnicas, operacionais e materiais ao desempenho das atividades institucionais da Câmara dos Deputados que envolvam, entre outras:

I - assistir as unidades administrativas, inclusive a Mesa, as Comissões e as Lideranças;

II - elaborar e analisar documentos e relatórios para suporte aos trabalhos legislativos ou administrativos;

III - desenvolver planos e projetos relativos à administração de recursos materiais, humanos, orçamentários, financeiros e informacionais.